

Crianças e pesquisa: da investigação à formação e participação política

Children and research: from
investigation to political
participation

Verônica Regina Müller

veremuller@gmail.com

PPGE - Universidade Estadual de Maringá

Fabiana Moura Arruda

fabiana_uem@hotmail.com

Mestre em Educação - Universidade Estadual de Maringá

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar a experiência metodológica em que crianças da cidade de Maringá-PR deram suas opiniões e sugestões para o município. Propusemo-nos a partilhar uma metodologia investigativa com crianças, tendo em vista a utilização das opiniões infantis como fontes valiosas de pesquisa, mas também com o intuito de promover àqueles conhecimentos significativos para sua formação e participação política. Fundamentamo-nos em autores que criticam a injustiça e a desigualdade social, preocupam-se com a intervenção na atualidade, são favoráveis às iniciativas locais e, ademais, entendem a criança como um sujeito de direitos. A experiência metodológica foi realizada com 21 crianças, dez de uma escola estadual e onze de uma particular, na faixa etária de dez a quinze anos, de ambos os sexos. Fizemos três encontros com os dois grupos, um de cada escola, com uso da técnica do grupo focal, visando conhecer o que pensam e querem as crianças para a cidade. Além destes, realizamos um encontro em cada escola para a devolução dos resultados da pesquisa às crianças e autoridades do município, com a finalidade de apresentar aos responsáveis por elas as propostas que as mesmas têm para o lugar em que vivem. Espera-se que a prática e reflexões apresentadas neste artigo possam oferecer aos pesquisadores e demais profissionais envolvidos com a infância subsídios para a ampliação da produção de conhecimento com as “vozes” das crianças, como também para a intervenção prática na realidade *para e com* elas.

Palavras-chave: Crianças. Metodologia. Formação política. Participação infantil.

Abstract

This article aims to present the methodological experience in which children from Maringá (a city in the state of Paraná, southern Brazil) gave their opinions and suggestions to the city. We intended to share an investigative methodology with children, taking their opinions as valuable resource sources. We also sought to provide them with significant knowledge to their development and political participation. We based our work in authors who criticize injustice and social inequality, worry about intervention in our days, are in favor to local initiatives and perceive children as subjects with rights. Twenty-one boys and girls took place in the methodological experience, being ten of them from public schools and eleven from a private one, aged from ten to fifteen years old. We had three meetings with the two groups, one from each school, which applied the focus group technique aiming to know what the children think and want for their city. Other than these, we had a meeting in each school to return the findings of the research to the children and to the authorities of the city. Our objective was to show what children want for the place they live to the ones who are responsible for them. We hope that the experience and the reflections presented in this article can offer researchers (and other professionals involved with childhood) a support to the expansion of knowledge production which involves the “voices” of the children, as well as to the practical intervention in reality, for and with them.

Keywords: Children. Methodology. Political formation. Children's participation.

I ntrodução

Este artigo é fruto de uma investigação de Mestrado em Educação realizada nos anos de 2010 e 2011 com crianças da cidade de Maringá. O objetivo é apresentar a experiência metodológica em que as crianças deram suas opiniões e sugestões para o município em que vivem. A dissertação teve como problemática a análise dos pontos de vista de crianças para a cidade a fim de propor fundamentos conceituais e ações políticas para a potencialização da participação infantil no município. Fundada em 1947, Maringá localiza-se na região noroeste do Estado do Paraná, com uma área total de 487,73 km². A população no ano de 2010 era de 357.117 pessoas. Em relação aos habitantes com menos de 15 anos, os dados indicam que existem na cidade 34.014 meninos e 32.522 meninas, representando 18,63% da população total (IBGE, 2010).

Partindo de nossa experiência no campo de pesquisa e das reflexões suscitadas pela prática, nos propusemos a partilhar uma metodologia investigativa com crianças, tendo em vista a utilização das opiniões infantis como fontes valiosas de pesquisa, mas também com o intuito de promover aqueles conhecimentos significativos para sua formação e participação política.

O texto está dividido em quatro seções: na primeira, busca-se evidenciar os fundamentos éticos, teóricos e metodológicos que envolvem as pesquisas com crianças, os quais nos orientaram em todas as etapas do processo da investigação. Na segunda seção, apontamos os percursos e procedimentos metodológicos adotados para a escuta das crianças. A terceira seção é composta pelas trajetórias percorridas para a análise das falas das crianças. Na quarta, apresentamos o momento de devolução dos resultados da pesquisa às crianças e autoridades da cidade.

Princípios éticos e teórico-metodológicos direcionadores do processo investigativo

Os princípios éticos, teóricos e metodológicos fundamentam-se em autores que criticam a injustiça e a desigualdade social, sugerem mudanças e se preocupam

com a responsabilidade e com a intervenção no tempo presente e, ademais, entendem a criança como um sujeito de direitos.

O referencial adotado para fundamentar a metodologia empregada foram, principalmente, os teóricos da Sociologia da Infância: William Corsaro, Manuel J. Sarmiento, Catarina Tomás, Natália F. Soares; e no Brasil: Müller (1996; 2007), Kramer (2002), Borba (2005), Delgado e Müller (2005) dentre outros. Autores como Paulo Freire, Z. Bauman e Boaventura S. Santos nos fundamentam nas críticas estabelecidas, pois têm uma postura, ao tratar dos fenômenos antropológicos, sociais e históricos, favorável à transformação do mundo na atualidade e às iniciativas locais e estão na base ética que fortalece a concepção de respeito às pessoas.

Usualmente, discute-se em estudos da infância a respeito dos locais que as crianças frequentam, o que fazem na escola ou no tempo livre, entre outros temas, e não trazemos para a pesquisa os seus pontos de vista. Afinal, é válido estudar as crianças sem saber as opiniões delas? Será que ouvindo somente os adultos vamos alcançar a perspectiva delas? Provavelmente, não, de acordo com os pressupostos da Sociologia da Infância (SI). Para Ferreira (2003):

Porque a pesquisa tem sido sempre produzida e conduzida por adultos, tem predominado até hoje, uma perspectiva que ao olhar para as crianças de cima para baixo, não só as trata como meros objectos de estudo, procurando explicá-las por referência ao estado adulto e às suas formas de leitura e interpretação da realidade, como se fixa nas dimensões físicas do seu corpo - pequenez -, julgando a partir dali todas as suas outras competências, sejam elas cognitivas, afectivas, sociais (FERREIRA, 2003, p. 15, grifos da autora).

Muitos trabalhos sobre a infância são contados somente por adultos que consideram as crianças como incapazes de opinar e falar de suas vidas. Elas são vistas, então, como objetos de investigação e não como sujeitos que possuem competência para expressar seus pontos de vista (CHRISTENSEN; JAMES, 2005).

As crianças são atores sociais competentes para falar sobre suas vidas e que merecem ser estudadas a partir de si próprias (CORSARO, 2005; 2011; SARMENTO, 2005; FERREIRA, 2003; ALDERSON, 2005; CHRISTENSEN; JAMES, 2005; SOARES, 2005; 2006; TOMÁS, 2006; MÜLLER, 2007, dentre outros), o que

não significa deixar de levar em consideração o contexto social, político, cultural e econômico no qual estão inseridas. Considerar as crianças, suas vozes e ações na pesquisa é uma forma de preencher a lacuna deixada durante muito tempo pelas teorias tradicionais, nas quais as crianças foram ignoradas, pois somente eram estudadas a partir dos adultos ou das instituições (SOARES, 2006). As crianças possuem experiências, saberes e histórias que merecem ser estudadas e levadas em consideração quando fazemos pesquisa *sobre, com e para* a infância (CHRISTENSEN; JAMES, 2005). Como nos diz Corsaro (2011):

Assim, em vez de estudar os adultos como representantes de crianças (por exemplo, baseando-se em percepções e relatórios sobre as crianças fornecidas por pais, professores ou médicos), as crianças são vistas como atores sociais em seu próprio direito, e os métodos são adaptados e refinados para melhor ajuste as suas vidas (CORSARO, 2011, p. 57).

Os autores estrangeiros, somados a outros no Brasil, tais como: Kramer (2002), Delgado e Müller (2005), Müller (1996; 2007), Borba (2005), Würdig (2007), Mager et al (2011), dentre outros, criticam as teorias da infância que consideram que para se conhecer a vida das crianças é dispensável a escuta das mesmas. Tais pesquisadores trazem a necessidade de compreender a infância também pelas crianças, pois de acordo com Delgado e Müller (2005), apesar de inseridas no universo adulto, as crianças produzem e modificam a sua cultura e o contexto onde estão presentes. Diante disso, as autoras ressaltam:

Se as crianças interagem no mundo adulto porque negociam, compartilham e criam culturas, necessitamos pensar em metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista (DELGADO; MÜLLER, 2005b. p. 353).

Em relação ao Brasil, Delgado e Marchi (2007) apontam que são recentes no país os estudos que escutam e trazem a perspectiva das crianças para os trabalhos, sendo, portanto, importante a formulação de mais investigações que analisem as experiências das crianças a partir de seus modos de pensar e agir. Também Müller (2007) sustenta: “Temos que escutar suas palavras, conhecer seus pareceres, registrar a infância também a partir das crianças” (p. 138).

Christensen e James (2005) apresentam metodologias de pesquisa que fazem parte dos chamados: “Novos estudos sociais da infância”, sublinhando a importância das crianças “[...] enquanto sujeitos e participantes no processo de investigação” (p. XIII). Tais estudos estão mudando o paradigma das crianças para sujeitos da pesquisa. Deste modo, são consideradas como “[...] actores sociais no seu pleno direito e, como tal, participantes na modelagem das estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas” (Ibid, p. XVI), a partir de suas opiniões, conhecimentos e experiências.

De forma geral, temos alguns desafios apontados pelos autores quando realizamos pesquisa com crianças. Elencamos dois que apareceram com mais frequência na leitura a respeito da metodologia de investigação da infância, a saber: a) superar a lógica adultocêntrica e b) a posição ética dos pesquisadores (KRAMER, 2002; SOARES, 2005; ALDERSON, 2005; DELGADO, MÜLLER, 2005; BORBA, 2005; MÜLLER, 2007b; MARTINS, 2010; CORSARO, 2011).

Em relação ao primeiro: *superar a lógica adultocêntrica*, Alderson (2005) identifica que a principal dificuldade de realizar pesquisas com as crianças “[...] refere-se à possibilidade de as infantilizar, considerando-as e tratando-as como imaturas e, ao fazê-lo, produzir provas para o reforço de noções da sua incompetência” (p. 264). Para Ferreira (2003), o *adultocentrismo* tem dificultado o reconhecimento das crianças como atores sociais pelos adultos, de modo a impedir que estes concebam que as crianças “[...] se produzem como seres sociais a partir do que lhes é proposto pelos adultos e na sua interação com estes e com outras crianças” (FERREIRA, 2003, p. 153).

Ou seja, o desafio é sair de uma perspectiva que compreende a criança como um ser imaturo, incapaz de expressar suas opiniões e por isso, o adulto deve falar por ela. Para tanto, é preciso, como nos dizem Delgado e Müller (2005b): “[...] considerar o ponto de vista das crianças nas pesquisas, o que também exige certo abandono do olhar centrado no ponto de vista do adulto” (p. 353).

Müller (2007b) atenta para a distinção entre os termos desigualdade e diferença no que diz respeito às relações entre adultos e crianças:

Desigualdade e diferença não são sinônimos. Pesquisadores adultos nunca se tornarão crianças, logo as suas características físicas e

experiências de vida o colocarão em uma posição diferente daquela ocupada pela criança. Para não tornar isso uma desigualdade, o pesquisador deverá superar visões adulto-centradas (MÜLLER, 2007b, p. 37).

A respeito do segundo desafio, *a posição ética dos pesquisadores*, Delgado e Müller (2005b) apontam que “[...] a ética é um aspecto fundamental, pois é inegável que existe uma força adulta baseada no tamanho físico, nas relações de poder e nas decisões arbitrárias” (p. 354).

Soares (2006), por sua vez, aponta alguns fatores indispensáveis para a ética na pesquisa com as crianças: 1) alteridade e o reconhecimento da diversidade da infância; 2) definição dos objetivos; 3) escolha da metodologia e dos instrumentos para a coleta de dados; e 4) o consentimento informado das crianças e sua liberdade para recusar-se a participar da pesquisa em qualquer etapa do processo.

A *diversidade* diz respeito ao reconhecimento das inúmeras realidades em que vivem as crianças, permeadas por dimensões como a idade, gênero, cultura, classe social, etnia “[...] as quais dão origem a múltiplas formas de estar, sentir e agir das crianças e, por isso mesmo, exigem a consideração de cuidados éticos singulares, decorrentes da consideração da diversidade que encerram” (SOARES, 2006, p. 32).

Alteridade significa, como indica Borba (2005), considerar a criança “[...] como um outro a ser estudado, conhecido” (p. 83). É o reconhecimento da infância e de seus aspectos como distintos do mundo adulto (SOARES, 2006). Os *objetivos e metodologia da pesquisa* devem estar adequados às características da infância, além de serem elaborados de uma forma que tragam um conhecimento válido sobre elas, suas culturas, experiências e conhecimentos (SOARES, 2006).

Já o *consentimento informado* refere-se à forma respeitosa de fornecer aos sujeitos investigados as informações para que possam compreender do que se trata a pesquisa. Além disso, “[...] passa ainda pela indispensabilidade de a criança compreender que a sua participação é voluntária e que tem toda a liberdade para recusar participar em tal processo [...]” (SOARES, 2006, p. 34-35). Conforme Alderson (2005): “[...] o respeito por seu consentimento informado e voluntário ajuda a protegê-las de pesquisas encobertas, invasivas, exploradoras ou abusivas” (p. 266).

Ainda sobre a posição ética, Kramer (2002), ao falar sobre a atitude do pesquisador, principalmente no Brasil e em países com grandes desigualdades sociais, aponta que é recorrente que o investigador torne-se comprometido com a sociedade e com o conhecimento produzido, de modo que ele “[...] além de produzir ciência, quer interferir” (KRAMER, 2002, p. 54) na realidade investigada. Além disso, acrescenta que: “Nas ciências humanas e sociais, a neutralidade é não só um equívoco teórico, mas também uma impossibilidade prática [...]” (KRAMER, 2002, p. 54). Ou seja, trata-se de uma postura que considera que o conhecimento deve, de alguma forma, servir para melhorar a vida das crianças.

Outro princípio ético na investigação com as crianças é o retorno dos resultados aos sujeitos da pesquisa (DEMO, 1981; KRAMER, 2002; GOHN, 2005; SOARES, 2005; TOMÁS, 2006; LISBOA *et al*, 2008). Segundo Ghon (2005), um dos principais desafios da pesquisa científica é o repasse dos resultados aos sujeitos da investigação e à sociedade, momento em que a autora caracteriza como sendo um *compromisso social do pesquisador*.

Em relação às pesquisas com a infância, Kramer (2002) sustenta que: “[...] as crianças certamente têm sido menos ouvidas que os adultos e a elas o retorno das pesquisas quase não ocorre” (KRAMER, 2002, p. 57). Para Tomás (2006), os pesquisadores devem adotar a postura de levar as conclusões às pessoas que contribuíram com o estudo, considerando o possível impacto na vida daquelas e de outros grupos. Além disso, a autora defende que, com esta posição, os investigadores promovem ainda mais a participação das crianças e “[...] as relações horizontais em todo o processo” (TOMÁS, 2006, p. 88).

Lisboa *et al* (2008) chamam a atenção para a maneira como os pesquisadores devem realizar o retorno dos resultados aos participantes. Segundo as autoras, a linguagem, os métodos, objetivos, resultados e análises devem ser mostrados aos sujeitos de uma forma que eles entendam o processo investigativo:

Os pesquisadores e suas equipes não devem apenas entregar o seu relatório de pesquisa à comunidade. É necessário que eles, por demanda ética, interajam com o grupo de pessoas, proporcionando momentos de reflexões, questionamentos e discussões, a fim de explicar melhor os seus achados (LISBOA *et al*, 2008, p. 189).

Enfim, conforme Demo (1981), a devolução consiste em uma etapa em que os investigadores confirmam à população pesquisada que as informações não foram manipuladas, que o trabalho foi conduzido com seriedade e que o conhecimento produzido é relevante para os sujeitos. Na pesquisa que originou o presente artigo, o retorno dos resultados às crianças foi feito entre os meses de setembro e outubro do ano de 2011 em suas respectivas escolas durante uma aula de educação física que contou também com a presença de autoridades da cidade: representante do grêmio estudantil da escola estadual, professores e membros da coordenação e direção dos colégios, uma professora e estudantes do PCA/UEM¹ e dois conselheiros do CMDCA². Tal experiência será contada mais adiante.

O fio condutor da estratégia metodológica adotada para a análise do fenômeno investigado esteve pautado na busca por uma explicação multifacetária e transdisciplinar, por meio das teorias da história das cidades, da antropologia urbana e da sociologia. A transdisciplinaridade permite o estabelecimento da comunicação e do diálogo com diferentes perspectivas disciplinares para explicar o objeto e o fenômeno investigado, visando atribuir inteligibilidade à realidade (ABIB, 2011).

Intelectuais como Bauman (1998), Boaventura S. Santos (1996) e Paulo Freire (1975) têm como princípio ético a responsabilidade para com o Outro e com o mundo, na busca por uma sociedade mais justa e solidária no presente. Diante disso, mais um princípio das análises alicerça-se em Paulo Freire (1975; 1997) e em seu fundamento da práxis da *denúncia* e do *anúncio*:

[...] a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que (...) não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor (FREIRE, 1997, p. 118).

Contudo, atenta Freire (1997), o anúncio não é determinista, e sim uma perspectiva que pode vir ou não a acontecer. No nosso caso, trata-se da denúncia dos numerosos problemas da cidade, identificados pelas crianças e analisados pela teoria, ou seja, a leitura e interpretação da situação concreta e o anúncio da possibilidade de reflexão, de transformação da realidade e da construção de um

lugar mais justo e solidário, em que a participação infantil seja efetivamente potencializada.

Portanto, assim como os autores que nos subsidiaram, entendemos que a intervenção na realidade deve ser feita no tempo presente. Busca-se fazer uso dos diversos estudos para compreender melhor o contexto atual e, assim, nos instrumentalizarmos para intervir, de forma eficaz, na prática política.

Trata-se de “[...] levar as crianças a sério e (...) apreciar as contribuições infantis para a reprodução e para a mudança social” (CORSARO, 2011, p. 56), entendendo que elas são afetadas pela sociedade, mas também podem influenciá-la de maneira surpreendentemente positiva.

Neste sentido, o princípio ético, teórico e metodológico da experiência metodológica esteve ancorado na escuta e análise das vozes e opiniões infantis a respeito da cidade em que vivem para suscitar reflexões e ações para que sejam promovidas às crianças oportunidades participativas, efetivando a condição delas de prioridade absoluta. De acordo com Tomás (2006), o que se pretende é:

[...] trazer as crianças para o centro, de repensar com elas o seu papel na sociedade e no mundo, nomeadamente considerando como válidas as suas lutas, as suas iniciativas, os seus movimentos, as suas representações, as suas imagens, as suas histórias e as suas culturas marginalizadas (TOMÁS, 2006, p. 1).

Descrição do método: estratégias metodológicas e técnicas de pesquisa para a escuta e análise das falas das crianças

A investigação baseou-se em pressupostos qualitativos. De acordo com Minayo (1996; 2007), a pesquisa qualitativa tem como universo o estudo das percepções, representações, experiências e relações de diversos grupos sociais, a partir das interpretações que os sujeitos fazem do modo como vivem, sentem e pensam. Os estudos qualitativos são feitos com a contextualização histórica, cultural e social e não como fenômenos separados e reduzidos a si mesmos. Além disso, preocupam-se com questões particulares que não podem ser mensuradas. Portanto, um dos pressupostos qualitativos é de que as generalizações não são possíveis. As

conclusões e interpretações referem-se a um determinado contexto, não podendo ser assumidas como considerações universais (NEGRINE, 2004).

Em relação à análise do material coletado, Minayo (1996) sustenta que não se resume a uma simples classificação das opiniões dos sujeitos, mas diz respeito à:

[...] descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 1996, p. 27).

Como aponta Gomes (1996), o foco do pesquisador no estudo qualitativo é “[...] a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (GOMES, 1996, p. 79) e não a quantificação das ideias e pontos de vista dos sujeitos investigados. No entanto, o investigador deve observar e identificar o que se aproxima e o que se diferencia nos depoimentos de cada um.

A fase de campo foi realizada com 21 sujeitos da cidade de Maringá/PR³, dez crianças de uma escola estadual e onze de uma particular, na faixa etária de dez a quinze anos, sendo dez crianças com dez anos e oito com onze; um adolescente de treze, um de catorze e um de quinze anos, de ambos os sexos.

Referimos-nos aos sujeitos da pesquisa como crianças, embora tenham participado três adolescentes, de acordo com o entendimento do ECA, que estabelece a faixa etária de até doze anos incompletos para crianças e doze a dezoito anos para adolescentes. Como a maioria participante da investigação foram crianças, optamos por assumir a linguagem do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que considera crianças os seres humanos com menos de dezoito anos (UNICEF, 1989).

As direções das escolas foram contactadas previamente a respeito dos objetivos e da metodologia da investigação e concordaram com a realização da pesquisa na instituição de ensino a partir de autorização. O colégio estadual localiza-se numa região periférica da cidade. Atende o ensino fundamental e médio, sendo o primeiro no período matutino e vespertino e o segundo somente na parte da manhã. Também oferece educação de jovens e adultos no período noturno. O colégio particular situa-se numa região mais central e oferece o ensino fundamental (5ª a 8ª) e o ensino médio, ambos no período matutino, mas com algumas aulas no período

da tarde, além do curso preparatório para o vestibular, o qual é ofertado nos três períodos.

A escolha pelas crianças pesquisadas deu-se em função de alguns critérios: primeiramente, os diretores das escolas informaram quais as turmas e os horários que poderiam fazer parte da pesquisa. Outro critério foi a disponibilidade dos professores das turmas e a compatibilidade dos horários disponíveis das instituições com os horários das pesquisadoras. Além disso, nossa intenção era fazer a pesquisa com sujeitos entre dez a doze anos, pois nesta faixa etária já têm uma maior probabilidade de ter mais autonomia e maturidade para a compreensão dos conteúdos apresentados e para a discussão que estávamos propondo, de acordo com a nossa experiência registrada nos relatórios do Projeto Brincadeiras⁴. A junção destes critérios levou-nos a realizar a investigação com uma 5ª série da escola estadual e com o 6º ano do colégio particular.

A 5ª série era constituída, ao todo, por 27 alunos; o 6º ano era formado por quatorze alunos. Todos foram convidados a participar da pesquisa; no entanto, somente dez da 5ª e onze da 6ª aceitaram e seus pais/responsáveis autorizaram. Nas duas escolas, os encontros aconteceram durante as aulas de educação física, conforme acordado com os professores da disciplina. As crianças que não participaram da pesquisa, de ambos os colégios, ficaram com os professores em outros espaços da escola (quadra, pátio e biblioteca) durante o horário de realização das conversas.

O motivo da escolha de fazer com dois grupos de crianças se deu pelo fato das mesmas viverem, ao mesmo tempo, a sua infância em espaços geográficos diferentes na cidade. No entanto, nossa intenção não era comparar as crianças das duas escolas, mas conhecer as opiniões e propostas delas para Maringá. A intenção foi trazer para a pesquisa diferentes pontos de vista de crianças que vivem suas infâncias de formas tão variadas, de modo a apreender os aspectos particulares de cada uma. Identificamos o que há de semelhança e diferença em suas falas, porém o foco da análise foi no conteúdo de suas falas; o que elas dizem e querem para sua cidade. A visão e o entendimento das crianças nos permitem olhar e conhecer a realidade sob variados ângulos, além de possibilitar-nos conhecer melhor como vivem na cidade.

Soares (2006) identifica algumas ferramentas metodológicas nas pesquisas com crianças e as classifica de acordo com critérios como: 1) oralidade; 2) registro escrito ou gráfico; 3) utilização de recursos de multimídia; 4) uso de expressão dramática; e 5) recurso às técnicas visuais. Em nossa pesquisa, recorreremos a algumas destas ferramentas como: a oralidade e a utilização de recursos de multimídia. O recurso de multimídia permitiu uma melhor visualização das crianças a respeito do conteúdo trabalhado, pois possibilitou o uso de imagens coloridas que chamam a atenção das mesmas.

A autora destaca ainda que a oralidade engloba as entrevistas individuais, os pequenos e grandes grupos de discussão. Para que pudéssemos conhecer e apreender as opiniões dos sujeitos, escolhemos como técnica de pesquisa o grupo focal. Esta estratégia permite que a criança se sinta mais à vontade em relação às outras ferramentas de construção de informação (SOARES, 2006).

Macedo (2000) define o grupo focal como uma técnica para colher informações por meio de uma discussão coletiva e aberta, com temas estabelecidos, mediada por um ou mais entrevistadores, também chamados de moderadores. Trata-se de uma estratégia utilizada na pesquisa qualitativa que deve estar relacionada com os objetivos da pesquisa (VEIGA; GONDIM, 2001; GATTI, 2005). Segundo Veiga e Gondim (2001), esta técnica “[...] apresenta-se como uma possibilidade para compreender a construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos acerca de um tema específico” (p.8).

Em relação ao moderador, Kind (2004) analisa a importância deste na realização do grupo focal, e aponta que a experiência e o conhecimento do mesmo no tema que será discutido permitem “[...] uma mediação mais fluida” (p. 130). Diante disso, é importante que o pesquisador domine previamente a temática abordada nos grupos para que possa ter o papel de mediador nas discussões com os sujeitos pesquisados.

A respeito disso, Gatti (2005) atenta que o entrevistador tem como função fazer o debate fluir entre os participantes, de modo a criar situações em que os sujeitos exponham suas opiniões, críticas, sugestões e avaliações a respeito das questões levantadas. A autora acrescenta ainda o que o moderador deve e não fazer:

[...] deverá fazer encaminhamentos quanto ao tema e fazer intervenções que facilitem as trocas, como também procurar manter os objetivos de trabalho do grupo. O que ele não deve é se posicionar, fechar a questão, fazer sínteses, propor ideias, inquirir diretamente (GATTI, 2005, p. 9).

Para Iervolino e Pelicioni (2001), a interação entre os sujeitos e o pesquisador é a essência do grupo focal, objetivando a obtenção de informações a partir da discussão centrada em temáticas específicas. Conforme Gondim (2002), a explicação de como deve funcionar o grupo focal desde o primeiro momento com os participantes é imprescindível na continuidade das discussões. Dentre as normas a serem seguidas, a autora destaca: “[...] a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam” (GONDIM, 2002, p. 146).

Apesar de centrar as discussões em temas pré-estabelecidos, os debates no grupo focal não se limitam àqueles, podendo emergir diferentes assuntos no contexto da discussão (KIND, 2004). A composição do grupo focal, segundo Gatti (2005), deve ocorrer de acordo com alguns critérios, dentre eles a homogeneidade de algumas características dos sujeitos da pesquisa como a etnia, idade, gênero, condição socioeconômica, estado civil ou profissão. Outro critério é o número de participantes, que deve variar de seis a doze pessoas, uma vez que para a autora, um grande contingente pode limitar a participação dos demais e o aprofundamento das discussões. Em relação à quantidade de sessões, Gatti ressalta que, normalmente, são realizados de três a quatro encontros, para então os pesquisadores decidirem se as informações recolhidas serão suficientes para a investigação.

Destaca-se que juntamente com o pesquisador é necessário nesta técnica um relator (MINAYO, 1996), o qual tem a função de auxiliar o moderador nos aspectos organizacionais e, poderíamos aqui incluir nas questões técnicas, como por exemplo, as que usamos em nosso trabalho: funcionamento do computador e do *data show*, localização dos arquivos a serem utilizados e realização das filmagens. Com efeito, esta pessoa é de fundamental importância para o processo de recolha de dados do campo de pesquisa, como salienta Minayo (1996) ⁵.

Em relação às vantagens do uso desta técnica, Gatti (2005) e Saldaña e Urcia (2008) identificam que ela oferece a possibilidade de trazer distintas informações a respeito de ideias, conceitos, conhecimentos, sentimentos, opiniões, ações e valores dos sujeitos pesquisados que, dificilmente, seriam conhecidas por meio de técnicas tradicionais.

Esta estratégia foi adotada por nós para que as crianças se sentissem mais à vontade para falar, pois estariam na companhia de outras crianças falando de temas que direta ou indiretamente envolvem suas infâncias.

Os grupos focais com as crianças aconteceram em três encontros em cada uma das escolas, com temáticas pré-estabelecidas, durante o mês de março de 2011. Cada encontro teve a duração de 50 minutos. Os temas dos grupos focais referiam-se aos objetivos da pesquisa. Para tanto, planejamos previamente as temáticas, as discussões e os materiais a serem utilizados⁶.

Para os dois primeiros encontros foram elaboradas questões de apoio que nortearam a conversa com as crianças, tais como: O que vocês mais gostam na escola? O que vocês menos gostam na escola? O que vocês mais gostam na cidade? O que vocês menos gostam na cidade? Vocês têm alguma sugestão para Maringá? Conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente? Já tiveram a oportunidade de dizer o que vocês gostariam que fosse diferente, ou melhor, na escola, no bairro e na cidade? Vocês acham que as crianças são prioridade absoluta (primeiro lugar) na cidade?

Os grupos focais ocorreram de forma lúdica, por meio de apresentações das pesquisadoras, no formato de *slides*, elaborados pelas mesmas, com figuras e conteúdos que fizessem sentido para as crianças; com poucos escritos e, principalmente, com imagens⁷ que facilitassem o entendimento delas. Além disso, realizamos conversas e debates a respeito de temas propostos, como por exemplo, o que é bom e ruim na cidade, o que falta para elas na escola, no bairro e na cidade, que espaços frequentam, quem pode resolver os problemas e as reivindicações delas no município e quais formas existentes para que as crianças sejam ouvidas.

As conversas com as crianças foram filmadas para o registro das informações. Durante o trabalho, aparece apenas o conteúdo de suas falas com as letras iniciais dos seus nomes e a idade de cada uma, mantendo o sigilo absoluto e

o anonimato delas. Em ocasião alguma, mostraram-se constrangidas com as filmagens. Ao contrário, algumas olhavam para a câmera na hora em que falavam; outras acenavam ou faziam “caretas” e davam risada.

De fato, a técnica do grupo focal possibilitou que as crianças se expressassem com disposição, além de permitir debates entre elas a respeito de diversas questões. Em alguns momentos, concordavam umas com as outras; em outros, entravam em dissenso, demonstrando que têm diferentes pontos de vista. Outra questão positiva acontecia quando um sujeito falava de um assunto e os demais acompanhavam o seu raciocínio e complementavam os debates, a partir das experiências e saberes de cada um.

Em relação aos aspectos negativos, destacamos que, apesar de terem sido poucos, em determinados acontecimentos, as crianças falavam ao mesmo tempo ou dialogavam com o colega ao lado sobre outros assuntos o que, de certa forma, dificultava as transcrições das conversas.

Destaca-se que a pesquisa com criança necessita de um planejamento atento do tempo (MÜLLER, 2007b), devido aos entraves que o/a pesquisador/pesquisadora pode enfrentar, como no nosso caso, por exemplo: se nenhuma criança aceitasse participar; se os responsáveis não autorizassem; ou ainda, se as escolas marcassem uma atividade extra no horário dos grupos focais com as crianças e, portanto, tivéssemos que alterar a data de algum encontro. Cientes da possibilidade de imprevistos e dificuldades, elaboramos anteriormente um cronograma detalhado que contemplasse estes percalços. Contudo, a fase de campo ocorreu conforme tínhamos planejado devido à atenção e disponibilidade das crianças, de seus responsáveis e dos colégios.

Antes de ir às escolas, foram realizados estudos-piloto com a orientadora para verificarmos se o conteúdo, a forma e o tempo das apresentações estavam de acordo com a faixa etária dos sujeitos pesquisados. Estas experiências foram fundamentais para que pudéssemos corrigir erros e adaptar o material às crianças. Deste modo, o processo de coleta de dados foi se reconstruindo durante a investigação, permitindo-nos conhecer e refletir sobre as dificuldades, imprevistos e problemas que surgiram durante este período tão importante para o trabalho.

Com a aprovação do projeto no Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) ⁸ e a autorização das direções, ocorreu um primeiro contato com as crianças das duas escolas, no início do mês de março, do ano de 2011. Elas foram convidadas a participar da pesquisa, a partir de uma conversa informal na sala de aula, que teve como objetivo a apresentação das pesquisadoras e o convite às crianças.

Ao entrar nas salas, os professores das duas turmas explicaram às crianças que somos pesquisadoras da Universidade e que gostaríamos de fazer um convite a elas. Primeiramente, nos apresentamos e contamos por que estávamos ali; esclarecemos o objetivo da pesquisa e como ocorreria a participação delas, caso aceitassem participar e se os responsáveis autorizassem.

As crianças, de ambas as escolas, se mostraram atenciosas, desde o início. Explicamos com mais detalhes como ocorreria a investigação; falamos que nossas conversas seriam em grupos sobre determinados temas e descrevemos quais eram. Contamos que seriam feitos três encontros e que neles nós levaríamos materiais sobre as temáticas e depois conversaríamos sobre elas. Dissemos que todos poderiam manifestar sua opinião ou, se preferissem, poderiam apenas escutar os debates. Além disso, apontamos que a participação era voluntária e que não ganhariam nota e nem qualquer tipo de prêmio no final.

Explicamos também que os encontros seriam filmados para que, posteriormente, as pesquisadoras pudessem transcrever as conversas para análise das informações. Além disso, expusemos que levaríamos uma pessoa conosco para auxiliar nas gravações. Esclarecemos que em nenhum momento da pesquisa e após a investigação iriam aparecer fotos, vídeos e os nomes delas; apenas apareceria o que eles falaram, com a letra inicial do nome de cada uma e sua idade.

Desde o início, muitos alunos demonstraram interesse, principalmente quando falamos de outras cidades pelo mundo em que as crianças participam; eles ficaram curiosos quando dissemos que iríamos trazer as sugestões das crianças que foram atendidas naquelas cidades. Enfatizamos a importância da participação das crianças das escolas para que mais pessoas pudessem conhecer as suas opiniões para a cidade. Ademais, dissemos que nós e muitas pessoas defendemos que as crianças precisam ser ouvidas e terem suas sugestões respeitadas.

Feito isso, perguntamos se gostariam de participar e todas da escola particular disseram que sim. Já da escola estadual, dezenove crianças, de um total de 27, concordaram. Deste modo, entregamos a cada uma dois termos de consentimento (um para ficar com os pais ou responsáveis com os dados das pesquisadoras, caso quisessem entrar em contato, e outro para entregarem ao professor/professora ou a coordenação a partir do dia seguinte na escola até o nosso próximo encontro). Oferecemos, igualmente, um convite para cada criança, sublinhando a importância da participação delas e com os horários, dias e locais dos encontros.

Em seguida, questionamos as crianças a respeito do próximo encontro: se preferiam que levássemos exemplos de cidades que promovem a participação infantil ou diversos projetos e curiosidades de diferentes cidades; as crianças das duas escolas disseram que gostariam de conhecer os dois. Então, decidimos que levaríamos um exemplo de uma cidade e experiências de projetos e iniciativas de vários municípios que propiciam a participação das crianças. Por fim, indagamos se tinham alguma dúvida ou queriam dizer alguma coisa; elas tiveram dúvidas em relação aos termos e, deste modo, explicamos mais detalhadamente porque eram duas cópias e como os responsáveis deveriam preenchê-lo se autorizassem a criança a participar. Sem mais dúvidas ou perguntas, agradecemos a elas e aos professores e nos despedimos.

Encontros com as crianças

1º Encontro: Experiências de participação infantil em diferentes cidades do mundo e o que pensam as crianças das escolas sobre o município de Maringá

Com a autorização dos pais e a entrega dos termos de consentimento pelas crianças, realizamos o primeiro encontro na terceira semana de março com os seguintes objetivos: apresentar experiências existentes pelo mundo que valorizam a infância nas cidades, conhecer a percepção das crianças sobre estas experiências e escutar as opiniões e sugestões delas para Maringá.

Antes de iniciar a apresentação das experiências e a conversa com as crianças, agradecemos a elas pela participação na pesquisa. Feito isso, explicamos que, conforme acordado no primeiro dia em que estivemos com elas, levamos um exemplo de uma cidade e vários projetos e curiosidades de outras cidades que promovem a participação infantil. Ilustramos que a exposição das iniciativas seria por meio de *slides*. Além disso, dissemos que poderiam ficar à vontade para perguntar durante a nossa exposição ou dizer algo que chamava a atenção, mas que depois que terminasse, sentaríamos com elas para conversarmos.

Pedimos que fizessem uma roda para assistir a apresentação, para que depois, no momento da conversa, todas pudessem se ver e saber quem estava falando. A roda também tinha como finalidade facilitar a transcrição das conversas; saber qual criança disse o quê.

Combinamos algumas regras para o funcionamento dos nossos encontros, a saber: 1) levantar a mão antes de falar; 2) falar cada um de uma vez; 3) respeitar o colega enquanto ele estiver falando e não dizer algo que pudesse deixá-lo nervoso ou chateado; 4) que buscassem falar sempre sobre o tema proposto para não fugirmos do objetivo pretendido. Por fim, expusemos que todos teriam o direito de falar e, se não quisessem, poderiam somente escutar.

Neste primeiro encontro, no colégio particular, as crianças perguntaram ou fizeram observações durante a apresentação das pesquisadoras; já as crianças da escola estadual apenas escutaram atentas à exposição.

Em relação ao conteúdo dos *slides*, foram trabalhadas com as crianças as seguintes experiências: 1) “A cidade da criança”, localizada em Fano, Itália, que realiza diversos projetos a favor da criança. Dentre eles, apresentamos os seguintes: o *Conselho da Criança*, *As Crianças arquitetas* e a *Multa das crianças*; 2) “Orçamento Participativo Criança” (Vários países); 3) “Câmara Mirim” (Brasil); 4) “Cidade amiga da criança” (Vários países); 5) “Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente” (Brasil). Foi explicado às crianças como ocorre cada iniciativa, como se dá a participação infantil nestas experiências e quais as principais propostas que as crianças daquelas cidades deram para os lugares em que vivem.

Após a apresentação, deu-se início ao debate. Elas falaram a respeito do conteúdo apresentado, do que é bom e ruim em Maringá, os problemas que

enfrentam e deram opiniões de como deveria ser a escola e a cidade. A partir dos pontos de vista e das sugestões das crianças, foi feito um quadro sistematizado de cada escola, com o que é bom e ruim na cidade, como deveria ser a escola e como deveria ser a cidade. Ressalta-se que estes quadros foram sendo complementados de acordo com as novas opiniões e sugestões das crianças, no decorrer dos demais encontros.

2º Encontro: Estatuto da Criança e do Adolescente

Na penúltima semana de março, ocorreram os segundos encontros com as crianças. Nestes, a temática principal era os direitos das crianças, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Conversamos sobre a importância do ECA como um instrumento de defesa dos direitos das crianças. Em seguida, falamos sobre se achavam que algum dos seus direitos que vimos no ECA não estava sendo garantido para elas em Maringá.

Primeiramente, explicamos o conteúdo que iríamos trabalhar no grupo focal. Distribuimos entre elas dez livros do ECA para que fossem olhando enquanto falávamos sobre o Estatuto. Mencionamos que o ECA é uma lei federal que existe no Brasil, desde 1990, que trata dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

Em seguida, citamos que naquele dia iríamos assistir a uma breve apresentação sobre o ECA, por meio de *slides*. Para tanto, utilizamos uma história do Gibi da “Turma da Mônica” disponível na *internet* que conta sobre o Estatuto de forma lúdica e em uma linguagem infantil⁹. Como a história do Gibi tem 18 páginas no total, retiramos alguns excertos para que ficasse apropriada às crianças, naquela ocasião. Além disso, acrescentamos dois *slides* que enfatizam a condição de prioridade absoluta da criança e o direito à participação. Perguntamos se preferiam que uma das pesquisadoras lesse em voz alta e elas fossem acompanhando ou se queriam ler em silêncio, sozinhas; as crianças das duas escolas escolheram que a pesquisadora lesse junto com elas.

Feito isso, demos início a nossa conversa sobre o conteúdo apresentado. De forma geral, as crianças falaram sobre os direitos que acham que não estão sendo garantidos na cidade; se conheciam ou não o ECA; contaram a respeito da

participação delas no município; os locais que frequentam; a relação delas com os adultos e ainda deram mais sugestões de como deveria ser Maringá.

No fim do encontro, distribuimos para cada uma um gibi feito pelo PCA – UEM, da “Turma da Helena”, o qual também conta sobre os direitos da criança com uma linguagem infantil. Os gibis foram doados pelo PCA, o qual elaborou estes livros para que sejam distribuídos para crianças.

3º Encontro: Rede de atendimento às crianças na cidade, apresentação sistematizada das opiniões das crianças e o que fazer para que as sugestões delas possam acontecer em Maringá

O último encontro com as crianças nas escolas foi realizado no fim de março. Neste dia, apresentamos a rede de atendimento às crianças e adolescentes na cidade. Nosso intuito foi mostrar quem pode escutar, resolver, atender as suas reivindicações na cidade. Este encontro foi também o cumprimento do nosso compromisso de levar-lhes todas as suas sugestões de forma sistematizada. Decidiu-se apresentá-las em *slides* e com um mapa elaborado pelas pesquisadoras, feito um para cada escola. Conversamos sobre os lugares e formas de fazer que as crianças sejam mais ouvidas na cidade.

O mapa continha todas as opiniões das crianças para a escola e para a cidade na forma de figuras, sendo que algumas também possuíam um escrito para auxiliar as mesmas no entendimento do que representavam. Propostas, por exemplo, como: “A noite das crianças” e “poder sair à noite”, presentes nas duas escolas, estavam contornadas por uma cor azul escura para representar o período noturno. Essas informações estavam presentes numa legenda. As proposições se repetiram várias vezes porque foram pensadas para toda a cidade, conforme as opiniões dadas pelos sujeitos da pesquisa.

No início do encontro, os mapas foram colados nas paredes das salas. Pedimos às crianças que fossem até eles, olhassem e procurassem o que tinham falado. Dissemos que havia uma legenda para explicar algumas observações. Nos dois colégios os sujeitos procuravam no mapa aquilo que tinham dito, apontando uns para os outros e pronunciando: “Esse foi eu que falei!” ou “Quem falou isso?”. Após cinco minutos, solicitamos que voltassem à roda. Com as crianças sentadas na

cadeira novamente, mostramos as suas opiniões de forma mais organizada e agrupada nos *slides*, dentro de categorias criadas pelas pesquisadoras a partir da participação das crianças: cultura, segurança, liberdade, transporte/comunicação, higiene, participação e assistência social. Cada sugestão tinha ao lado uma letra; a letra M significava *melhorar* e N significava *novidade*, de acordo com as propostas. Ou seja, se já existe na cidade, deve ser aperfeiçoado; ou se não existe, precisa ser criado. Estas categorias foram apresentadas em três grupos: na escola, nos espaços de lazer e em outras sugestões para toda a cidade. Além disso, as crianças, das duas instituições, apresentaram reivindicações de atitudes dos adultos e de outras crianças.

Durante a apresentação, as crianças também iam identificando quem tinha falado cada item, dizendo: “Fui eu!”; apontavam para os amigos; acenavam positivamente com a cabeça no sentido de concordar; perguntavam quem tinham falado; faziam perguntas e expressavam os seus pontos de vista, a todo momento, para as pesquisadoras e para as demais crianças.

Após a exposição, iniciamos a explicação da rede de atendimento às crianças na cidade, criada pelo ECA, formada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), organizações de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais, escolas, polícia, bombeiros e abrigos.

Em seguida, explicamos algumas formas existentes para que mais pessoas escutem as crianças, como por exemplo, o abaixo-assinado, reuniões com autoridades (prefeito, secretários (as), vereadores (as), conselheiros (as) tutelares, conselheiros (as) de direito, diretor e diretora da escola), entrevistas na rádio ou na televisão, divulgação pela *internet*, criação de uma peça de teatro, vídeo, música, poesia que fosse apresentado na escola e para os responsáveis. Destacou-se que, dependendo da forma adotada, poucas ou mais pessoas poderiam conhecer; ou seja, se fosse feito algo na escola, provavelmente, só a comunidade escolar poderia ficar sabendo as opiniões delas, e se fosse feito algo nos meios de comunicação, possivelmente, mais adultos e crianças conheceriam as sugestões delas para a cidade.

No final do encontro, nos despedimos, agradecemos pela participação, interesse, disponibilidade, atenção e contribuições dadas durante toda a pesquisa. Dissemos que todas, independente se falaram pouco ou muito, contribuíram da mesma forma e que aprendemos muito com elas nos encontros.

Entregamos a cada uma um texto na forma de agradecimento especial e uma lista de *sites* de cidades, organizações governamentais e movimentos sociais a favor da infância no Brasil, elaborada pelas pesquisadoras. Também foi entregue um resumo do que foi trabalhado nos três encontros para os pais, mães ou responsáveis, juntamente com o endereço eletrônico e telefone das pesquisadoras caso quisessem tirar alguma dúvida. Além disso, fizemos um agradecimento na forma de texto aos professores e à direção da escola que, gentilmente, cederam as aulas e o espaço para a realização da investigação.

As crianças da escola estadual, no decorrer dos três encontros, se mostraram cada vez mais à vontade para falar o que pensam, uma vez que no primeiro encontro ainda estavam tímidas ou até receosas para falar, o que é natural, principalmente, porque, de modo geral, reclamaram que os adultos, dificilmente, escutam as crianças. Já as do colégio particular em todos os encontros falaram bastante e se mostraram menos tímidas.

Ao final desta etapa da pesquisa, ficou a certeza de que esta experiência de escutar as crianças, motivá-las a dar suas opiniões foi, sem dúvida, uma situação de muito aprendizado. Satisfez-nos o fato de terem aceitado participar e o terem feito com tanta vontade, alegria e espontaneidade. A cada momento com elas percebemos o quanto vale a pena escutar as crianças e promover espaço para que falem sobre suas vidas, histórias e experiências.

Trajetórias percorridas para desvendar o que dizem as crianças

Após a fase de campo, demos início ao processo de transcrição, categorização e análise das falas das crianças. Para tanto, baseamo-nos na proposta de Bardin (1979). Assistimos aos vídeos com as discussões para transcrição e análise, de modo a relacionarmos a realidade investigada com a teoria estudada. Os grupos focais foram transcritos e separados por escola e por dia do

encontro com todos os depoimentos dos sujeitos pesquisados e das investigadoras. As transcrições são idênticas aos discursos das crianças. Sendo assim, algumas apresentam os vícios de linguagem e erros gramaticais.

Após a leitura e releitura do material coletado, agrupamos as falas em categorias. Segundo Bardin (1979), esta técnica é organizada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira é a organização das fontes e objetivos da pesquisa. A segunda é a codificação e categorização do material coletado. A terceira fase diz respeito à análise dos dados colhidos, confrontados com a teoria. Destaca-se que, conforme Bardin, a análise de conteúdo, na pesquisa qualitativa, não se limita à frequência de assuntos, podendo ser empregada também na análise de temas ausentes nas falas dos sujeitos pesquisados. Utilizamos como técnica da análise de conteúdo a análise temática, a qual: “Consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação [...]” (BARDIN, 1979, p. 105). A autora sublinha que esta técnica utiliza-se da análise das categorias, ou seja, desmembra o texto em unidades, temas agrupados de acordo com as semelhanças.

Devido ao volume e a complexidade das informações obtidas, identificamos e escolhemos algumas categorias, em função daquilo que as crianças nos disseram e dos objetivos da pesquisa e, assim, deixamos outras de fora, pelo limite da investigação e pela escassez de tempo para a análise de todas distinguidas. Destaca-se que os temas descritos neste momento não são os mesmos usados na apresentação para os sujeitos durante o 3º encontro do grupo focal. Aqueles foram pensados exclusivamente para as propostas das crianças para a cidade, e não para aquilo que consideram bom ou ruim. Além disso, visavam uma melhor visualização das sugestões por elas.

No total, as crianças citaram 15 itens que avaliam positivamente e 47 que analisam como ruins no município. O total de sugestões dos sujeitos foi 89 e versaram sobre escola, cultura, lazer e esportes, meio ambiente, segurança, obras públicas, comunicação, transporte/trânsito, assistência social, respeito, liberdade e participação.

Em cada categoria, foi apresentada a frequência com que apareceram nas falas dos sujeitos. Além disso, especificamos a quantidade de vezes que cada opinião figurou em determinada escola.

Decidimos apresentar o conteúdo das experiências e do ECA e, ao mesmo tempo, escutar as crianças porque nosso objetivo não foi analisar o ponto de partida delas, ou seja, o que conheciam sem ensinarmos a elas. Nossa intenção foi, efetivamente, propiciar cultura, motivar as crianças e, intencionalmente, ouvi-las, pois já teriam uma base mais sólida sobre a temática discutida. As experiências apresentadas foram subsídios para que pensassem em outras possibilidades alternativas às existentes em suas realidades. Por fim, entendemos que a exposição das iniciativas não induziu os sujeitos no momento em que fizeram suas sugestões para cidade porque o conteúdo de suas propostas foi, majoritariamente, diferente do que apresentamos de outras localidades. Portanto, o que fizemos não foi uma análise do discurso, mas do conteúdo, pois, nosso foco pautou-se naquilo que as crianças disseram sobre e para o município e não se voltou ao que motivou aquele conteúdo, seus significados, intencionalidades, princípios e contexto no qual foi produzido pelos sujeitos, como realizado na análise do discurso (MINAYO, 2007).

Devolução dos resultados às crianças e autoridades da cidade

Nos encontros realizados nas duas escolas para a devolução dos resultados da pesquisa às crianças e a autoridades da cidade (representante do grêmio estudantil da escola estadual, professores e membros da coordenação e direção dos colégios, uma professora e estudantes do PCA/UEM e dois conselheiros do CMDCA), apresentamos de forma resumida as propostas das crianças para Maringá, entregamos a cada autoridade um documento com todas as sugestões das crianças e retomamos a apresentação da rede de atendimento à infância na cidade.

O intuito desta reunião foi promover um espaço de comunicação e diálogo entre crianças e indivíduos que fazem parte do sistema de garantia dos direitos infantis no município. As crianças disseram que os adultos e os adolescentes do grêmio estudantil, no caso da escola estadual, não as escutam e por isso estão

desmotivadas. Naquele momento, as autoridades sentiram a necessidade de dar uma satisfação às crianças, dizendo o que poderiam fazer em seu local de atuação na rede. A postura das crianças foi a de ouvir aquelas pessoas e também de cobrá-las em relação a propostas que não consideraram satisfatórias.

Na escola estadual, o diretor comprometeu-se a se reunir com os professores e demais membros da coordenação para discutirem a mudança do regimento escolar para que os alunos da 5ª série pudessem participar do grêmio. Ressalta-se que, durante a experiência metodológica, as crianças reclamaram por não participarem do grêmio e de não serem escutadas pelos adultos e alunos mais velhos. Naquela instituição, os sujeitos pesquisados, da 5ª série, não podem participar do grêmio porque a entrada nele é permitida somente a partir da 8ª série. As crianças reivindicaram que a direção deveria mediar e promover a participação deles na escola, como membros do grêmio estudantil.

No encontro de devolução dos resultados, segundo o diretor, ele entendeu que as crianças daquela série já tinham consciência e maturidade para participar daquele espaço político. O encontro promoveu o diálogo do diretor e as crianças, o conhecimento de suas propostas e compreender que elas têm condições para participar do grêmio da escola. Ademais, se comprometeu a conversar com os professores na próxima reunião pedagógica para que realizem mais aulas no laboratório de ciências e de informática, outra das propostas das crianças para a escola. Já o representante do grêmio estudantil responsabilizou-se por mostrar as sugestões das crianças para os demais alunos do grêmio.

Na instituição particular, os alunos, com a pesquisa, entenderam que podem se organizar politicamente para terem representantes de turma e se motivaram a falar para outros alunos da escola que eles também têm o direito de terem representantes em cada sala. A coordenadora que estava presente comprometeu-se a apoiá-los na organização para as eleições da representação de sala, bem como a levar as propostas das crianças para o diretor do colégio.

Nos encontros com as duas escolas, os conselheiros do CMDCA comprometeram-se a levar as propostas das crianças para a reunião do CMDCA e apresentar aos demais conselheiros. A professora do PCA responsabilizou-se com a realização de mais pesquisas para escutar as crianças. Ademais, ela e os

estudantes do Programa colocaram o PCA à disposição para mais reuniões com as direções das escolas para falar com outras autoridades da rede de atendimento à infância na cidade.

Em síntese, os encontros de devolução dos resultados da pesquisa foram um compromisso social e político das pesquisadoras para com as crianças no sentido de apresentar aos responsáveis por elas as propostas que as mesmas têm para a cidade em que vivem. Foi, sobretudo, uma ação política com as crianças visando à ativação da rede para a possibilidade de conquista de algumas propostas delas para o município.

Considerações finais

A motivação do artigo foi explicitar um método investigativo participativo com crianças desenvolvido a partir de alguns princípios éticos, conceituais e metodológicos, entendendo *a priori* que a criança é um sujeito de direitos como qualquer cidadão. Sem intenção de comentar os resultados, observamos somente que muitas das crianças pesquisadas não conheciam o ECA e, deste modo, desconheciam os seus direitos, a rede de atendimento à infância na cidade e os adultos responsáveis por escutá-las e cuidar para que tenham os seus direitos assegurados. Diante disso, é preciso formação política para que crianças e adultos conheçam os seus direitos, a rede de proteção à infância, as estruturas da cidade, as relações de poder e se organizem politicamente a favor da efetivação e conquista dos direitos em sua realidade.

No campo legal, no Brasil, a criança é considerada cidadão de direitos (BRASIL, 1990). É inegável o avanço que a referida lei trouxe para a infância brasileira. No entanto, na Universidade, *lócus* de transmissão e produção de conhecimento científico, há, ainda, pouco espaço de inserção da criança como um sujeito que tem saberes, opiniões, cultura e que, portanto, pode também contribuir com os adultos na construção do conhecimento, no que diz respeito às questões da infância.

As crianças entendem que a cidade não é boa para as pessoas, sabem de muitos problemas existentes. Entretanto, quando se promovem oportunidades para

que reflitam e imaginem como deveria ser a cidade, fazem várias propostas e nos ajudam a pensar como o município pode ser melhorado, de forma prática, criativa e solidária. Tal constatação pode ser deduzida a partir do total de itens que citaram como ruim em Maringá e de como deveria ser a cidade. A soma de itens a respeito do que consideram negativo totalizou 47; já a soma de elementos propostos chegou a 89, ou seja, os itens sugeridos são quase o dobro dos reclamados pelos sujeitos.

Dentre as sugestões das crianças para a cidade, temos: maior participação infantil; mais liberdade e segurança; mais respeito de todos com a cidade e com as outras pessoas; mais passeios nas escolas; mais livros, bibliotecas, circos e museus no município; mais ciclovias e bicicletas para todos, para diminuir a poluição; consertar os buracos nas ruas e melhorar as calçadas; mais árvores e limpeza nos espaços públicos; mais centros esportivos, praças e parques para todas as crianças.

Ao fim da pesquisa ficou-nos a certeza do quanto as crianças são criativas, críticas e práticas em suas opiniões e sugestões. Diferentemente do mundo adulto que, frequentemente, encontra dificuldades ou limites nas situações concretas, aquelas enxergam possibilidades reais de mudança tanto em relação aos espaços, serviços e equipamentos urbanos como para as relações humanas e sociais. Pensam em propostas para todo o município e para todos os cidadãos, sendo que suas ideias dariam uma configuração completamente diferente à cidade tal qual a conhecemos e identificamos na realidade pesquisada. Em síntese, elas querem uma cidade mais bonita, com muito mais opções de lazer e de cultura, que cuide das pessoas e do meio ambiente, que ofereça oportunidades para que os moradores estabeleçam suas trajetórias, que tenha mais liberdade e autonomia com segurança para que a participação infantil seja potencializada.

Podemos inferir que se oportunidades como esta que realizamos a favor da participação infantil fossem oferecidas com mais frequência e com formação política para todas as crianças na cidade, elas teriam muito mais consciência sobre seus direitos e acerca da rede que precisa ser acionada para que sejam escutadas e conquistarem aquilo que propõem, visando à construção de um lugar melhor para todos.

Deixamos como sugestão que mais trabalhos sejam feitos com o uso e o aperfeiçoamento de nossa metodologia, pois se trata de uma metodologia que com

uma equipe profissional maior e capacitada pode ser desenvolvida em larga escala, como por exemplo, poderia ser assumida em conjunto com o CMDCA e secretarias municipais para a realização de um diagnóstico do que pensam e querem as crianças para a cidade.

Desde o primeiro encontro de apresentação da proposta da pesquisa e convite às crianças, passando pelo desenvolvimento dos conteúdos até a devolução dos resultados aos mesmos e a autoridades da cidade, o processo se caracteriza como formação e participação política buscando a intervenção prática junto à rede de atendimento à Infância e adolescência no município.

Espera-se que a prática e reflexões apresentadas neste artigo possam oferecer aos pesquisadores e demais profissionais envolvidos com a infância subsídios para o desenvolvimento de mais pesquisas com crianças, de modo que os resultados das investigações se traduzam em conhecimento científico com as “vozes” das crianças, mas também que busquem a intervenção prática na realidade *para e com elas*.

Referências

ABIB, José A. D. Prefácio. In: MAGER, Miryam et al. *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados*. Maringá: Eduem, 2011, p. 13-22.

ALDERSON, Priscilla. Crianças como investigadoras: os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Trad. Mário Cruz. Porto, 2005, p. 261-280.

ARRUDA, Fabiana Moura. *A cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil*. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BORBA, Angela. M. *Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar*. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. Introdução: Pesquisando as crianças e a infância: culturas de comunicação. In: _____. (Org.). *Investigação com Crianças: Perspectivas e práticas*. Trad. Mário Cruz. Porto, 2005, p. XIII-XX.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, mai./ago.2005.

CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. 2. ed. Tradução Lia Gabriele R. Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana C. C.; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.

_____. Apresentação. Sociologia da Infância: Pesquisa com Crianças. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, mai./ago. 2005b.

DELGADO, Ana C. C.; MARCHI, Rita de Cássia. *La petite souris*: reflexões em torno de uma socioantropologia da infância. *Momento*, Rio Grande, v. 18, p. 89-98, 2007.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

FERREIRA, Maria M. M. Os estranhos “sabores” da perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim da Infância. In: CARIA, Telmo (Org.). *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto – Portugal: Afrontamento, 2003, p. 149-166.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 5. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. 1989.

GATTI, Bernadete A. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro, 2005.

GHON, Maria da Glória M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 253-274, 2005.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 79-107.

GONDIM, Sônia M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, São Paulo, v. 12, n. 24, 149-161, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Contagem da População*. 2010.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Escola de Enfermagem*, São Paulo, v. 35, n.2, p.115-21, jun., 2001.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 41-59, 2002.

LISBOA, Carolina *et al.* Ética na pesquisa com temas delicados: estudos em psicologia com crianças e adolescentes e violência doméstica. In: ZICKER, Fabio *et al.* (Org.). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 176-192.

MACEDO, Roberto S. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação*. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAGER, Miryam *et al.* *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados*. Maringá: Eduem, 2011.

MARTINS, Rita de Cássia. *A organização do espaço na educação infantil: o que contam as crianças?* 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MINAYO, Maria C. de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 9-30.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo - SP: Hucitec, 2007.

MÜLLER, Fernanda. *Retratos da infância na cidade de Porto Alegre*. 2007. 218f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007b.

MÜLLER, Verônica R. *El niño ciudadano y otros niños – Concepciones de infancia en una perspectiva histórica y sus relaciones con “el niño” ciudadano de Porto*

Alegre. 1996. 276f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação) - Facultad de Pedagogia, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1996.

_____. *História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto N. S.; NETO, Vicente M. *A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p. 61-94.

SALDAÑA, Jully P. Calderón; URCIA, Luiz A. G. La técnica de recolección de información mediante los grupos focales. *Revista Salud, Sexualidad y Sociedad*, Centro Latinoamericano de Sexualidad y Derechos Humanos, v. 2, n. 1, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago.2005.

SOARES, Natália F. *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*. 2005. 491f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança). Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal, 2005.

_____. A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2006.

TOMÁS, Catarina A. *Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil*. 2006. 380f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança). Universidade do Minho, Minho, 2006.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001

WÜRDIG, Rogério C. *O quebra-cabeça da cultura lúdica: lugares, parcerias e brincadeiras das crianças: desafios para as políticas da infância*. 2007. 229f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo – RS, 2007.

¹ Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Trata-se de um Programa de assessoria,

capacitação, intervenção e produção científica, que atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Criado em 1992, está direcionado para a pesquisa e a divulgação de práticas e conhecimentos sobre a temática específica da infância e adolescência. O PCA desenvolve atividades alicerçadas nos princípios da Doutrina da Proteção Integral que estão dispostos nos documentos internacionais e na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) - ECA. Trabalha em parceria, com organizações do mesmo setor, com organizações estatais, privadas e da sociedade civil, estabelecendo vínculos efetivos nos âmbitos municipais, regionais, estaduais, nacional e internacional, sem perder de vista o seu perfil acadêmico e social.

² Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

³ Os nomes das escolas foram preservados visando manter o anonimato das crianças pesquisadas, sendo somente identificadas como escola estadual e escola particular.

⁴ Projeto de Extensão chamado: “Brincadeiras com meninos e meninas de e na rua” do Departamento de Educação Física e do PCA/UEM, em atividade desde 1997, que tem o objetivo principal de oferecer aos meninos e meninas em situação de rua de Maringá e Região, a oportunidade de brincar de forma orientada. No projeto, estão envolvidos acadêmicos dos cursos de Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Direito, Filosofia, História e outros. Atualmente, o projeto ocorre no bairro Jardim Esperança, na Escola Municipal Aires Aniceto, no município de Sarandi – PR. Os relatórios do Projeto Brincadeiras podem ser consultados no PCA (Bloco 03, Sala 2) – Av. Colombo, 5.790 – Jd. Universitário – Maringá-PR.

⁵ A pessoa que teve como função ser a relatora teve, anteriormente, sua presença solicitada e autorizada pelas escolas. No início do primeiro encontro nos colégios, a relatora foi apresentada aos diretores, professores das turmas e às crianças pesquisadas.

⁶ Os conteúdos utilizados na experiência metodológica podem ser encontrados na íntegra na dissertação disponível no site do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM): <http://www.ppe.uem.br/>.

⁷ Todas as imagens e figuras utilizadas nos *slides* com as crianças foram encontradas na *internet* ou elaboradas pelas pesquisadoras; mas, todas tinham o formato de desenho, ou seja, em nenhum momento levamos fotos de pessoas, estruturas e equipamentos.

⁸ O número do parecer de aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é: 0015.0.093.000-11.

⁹ Gibi disponível em: http://www.fundacaofia.com.br/ceats/eca_gibi/capa.htm. Acesso em: 03 mar. 2011.

Submetido em 20/03/2013, aprovado em 20/01/2014